

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 1: ADMINISTRADOR

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Para a fundamentação de sua resposta, considere o disposto a seguir, constante do **Manual Técnico de Orçamento**:

3. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS – Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para todos os poderes e para todos os entes federativos — União, estados, Distrito Federal e municípios —, são estabelecidos e disciplinados, tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais, quanto pela doutrina. Nesse sentido, integram este **Manual Técnico de Orçamento** princípios orçamentários cuja existência e aplicação decorrem de normas jurídicas.

3.2.1. UNIDADE OU TOTALIDADE – De acordo com este princípio, o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Este princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964, e visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo: LOA

3.2.2. UNIVERSALIDADE – Segundo este princípio, a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Este princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5.º do art. 165 da CF. [Sumário]

3.2.3. ANUALIDADE OU PERIODICIDADE – Conforme este princípio, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Este princípio é mencionado no 3 – Cada ente da Federação elaborará a sua própria LOA. *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964. Segundo o art. 34 dessa lei, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro).

3.2.4. EXCLUSIVIDADE – O princípio da exclusividade, previsto no § 8.º do art. 165 da CF, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), nos termos da lei.

3.2.5. ORÇAMENTO BRUTO – O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6.º da Lei n.º 4.320, de 1964, preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

3.2.6. NÃO VINCULAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS – Estabelecido pelo inciso IV do art. 167 da CF, este princípio veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria CF: art. 167. São vedados: [...] IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2.º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem como o disposto no § 4.º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 42, de 19/12/2003); [...] § 4.º. É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 3, de 1993).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Conceituação de *benchmarking*

Benchmarking é um processo de avaliação da empresa em relação à concorrência, por meio do qual a organização incorpora os melhores desempenhos de outras firmas e(ou) aperfeiçoa os seus próprios métodos. No ***benchmarking***, ocorre um aprendizado especial, que revela as melhores práticas de uma organização considerada a melhor de seu ramo ou setor, de seu país, ou até mesmo do mundo, no intuito de promover um estudo que tenha como resultado final uma perspectiva do que poderia ser modificado, melhorado na própria organização, usando-se como referencial a outra organização ou a parte dela que tenha servido à investigação.

Pressupostos do *benchmarking*

1 - Deve ter relação com gestão de processos — Fazer *benchmarking* é abraçar a ideia da gestão de processos específica como pressuposto fundamental. Todas as vezes que um estudo de *benchmarking* surgir, a gestão específica de processos será enfatizada.

2 - Deve ser contínuo e de longo prazo — Será improvável um estudo de *benchmarking* ter um bom aproveitamento se for uma atividade única ou de curto prazo. Para que as organizações obtenham informações significativas de outras organizações, pertencentes ou não a seu ramo, é imperativo que o estudo se prolongue no tempo.

3 - Deve ser sistemático, estruturado, formal, analítico e organizado — O estudo sempre obedecerá a um método. Não existe estudo desse gênero desprovido de ordem, o qual possa se sustentar ou alcançar resultados positivos. Um modelo que guiará a organização precisa ser construído para ser adotado.

4 - Deve avaliar, compreender, medir, comparar e apreciar — Trata-se de um processo de investigação que se destina à mensuração de dados, sendo necessário quantificar as informações de algum modo.

5 - Deve aplicar-se a práticas de negócio, produtos, serviços, processos de trabalho, operações, funções — Essa tecnologia não se limita a nenhuma faceta organizacional.

6 - Deve ser aplicável a qualquer tipo de organização.

7 - Deve ser feita investigação em organizações reconhecidas como detentoras das melhores práticas, que resolvem questões críticas de desempenho e superam crises sejam elas de classe mundial, melhores da classe, representantes das melhores práticas.

8 - Devem ser realizadas a comparação e a melhoria organizacional com a preocupação não apenas de se descobrir e mensurar *gap* entre uma organização e outra, e sim de se proporem soluções de excelência.

Tipos de *benchmarking*:

1 - *Benchmarking* interno — Consiste na análise de atividades similares em diferentes locais, departamentos, unidades operacionais, países etc. Hoje em dia, as organizações se dispersaram em territórios geográficos distintos, o que viabiliza diferenças de toda a sorte, levando a alterar-se a execução de práticas idênticas.

2 - *Benchmarking* competitivo — Pautado na análise de concorrentes diretos que vendem para uma mesma base de clientes.

3 - *Benchmarking* funcional (genérico) — Fundamentado na análise de organizações reconhecidas como aquelas que têm os mais avançados produtos, serviços e(ou) processos.

Luis César Araújo. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional; arquitetura organizacional: *benchmarking*, *empowerment*, gestão pela qualidade total, reengenharia**. Vol. 1. 4.^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 3: ARQUIVISTA

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Importância das contribuições da gestão de documentos para as funções arquivísticas

A organização dos documentos arquivísticos, possibilitada pela gestão documental, contribui para as funções arquivísticas, na medida em que a produção de documentos é controlada por meio do estabelecimento de normas e padronização de formulários. Essa fase da gestão de documentos, assim como a função arquivística criação ou produção, se ocupa da gênese documental.

A organização dos documentos nas idades correntes e intermediária por meio da classificação arquivística também contribui para as funções arquivísticas, mais especificamente a função classificação.

A última fase da gestão de documentos, a destinação, garante que apenas documentos de valor secundário cheguem à terceira idade documental, contribuindo, principalmente, para as funções descrição e difusão.

O candidato deve mencionar três das sete funções indicadas abaixo, a seu critério.

Para cada uma das funções citadas, o candidato deve apresentar conceito e aplicabilidade.

As sete funções arquivísticas são as seguintes.

- **Criação ou produção**, que se refere ao controle da gênese documental, abrangendo a criação de normas, gestão de formulários, padronização de modelos de documentos e elaboração de manuais de produções de documentos.
- **Avaliação**, que é a responsável pela definição dos prazos de guarda e destinação final dos documentos de uma organização. Para isso, é necessário que uma comissão permanente de avaliação emita parecer a respeito da eliminação de documentos e elabore a tabela de temporalidade.
- **Aquisição**, que contempla a entrada de documentos nas três idades documentais: corrente, intermediária e permanente. Dessa forma, tanto o arquivamento corrente quanto a transferência e o recolhimento se incluem na função aquisição. A idade em que a aquisição é mais evidente é a do arquivo permanente.
- A **conservação ou preservação**, que está relacionada com a manutenção da integridade física dos documentos, para garantir seu acesso. Nessa função, o arquivista deve atentar para as diferentes maneiras de armazenamento e acondicionamento dos documentos arquivísticos em seus diferentes suportes.
- A **classificação**, que é a função arquivística relacionada à criação de planos de classificação que reflitam as atividades e funções do órgão produtor do acervo arquivístico. Sua utilização, que acontece nas fases corrente e intermediária, facilita o acesso à documentação arquivística da instituição.
- A **descrição**, que ocorre exclusivamente na terceira idade documental e tem o objetivo de facilitar o acesso à informação do acervo por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa, que são o resultado da atividade descritiva e apresentam, em diferentes graus, as possibilidades de pesquisa do arquivo permanente.
- A **difusão ou acesso**, que torna acessíveis os documentos de um acervo, promovendo a utilização dos documentos por meio dos instrumentos de pesquisa elaborados na descrição e disponibilizando diferentes formas de atendimento ao público, entre elas, a realização de exposições e visitas guiadas.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 4: CONTADOR

Prova Discursiva

Aplicação: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

1 – Características e modos de operar das duas metodologias em discussão

A empresa discute a adoção de uma nova metodologia de custeio, o custeio variável. É limitado à ação gerencial o campo de ação dessa metodologia, visto não estar ela alinhada aos princípios de contabilidade. No custeio variável, apenas os custos variáveis de produção são incorporados aos produtos, sendo todos os custos fixos de produção lançados imediatamente ao resultado, independentemente da venda dos produtos. Atualmente a empresa adota apenas o custeio por absorção, que é uma metodologia que se orienta pelos princípios de contabilidade, particularmente o princípio da competência. Nessa metodologia, os custos fixos e os custos variáveis de produção são incorporados aos produtos, adotando-se para os custos fixos a metodologia de rateio.

2 – Qualidades e deficiências do custeio por absorção e sua relação com a análise custo, volume, lucro (CVL)

A metodologia do custeio por absorção, algumas vezes identificada como uma metodologia de custeio total, é amplamente utilizada no mercado, por ser aceita para fins societários e fiscais, evitando-se, assim, que a empresa tenha de adotar uma metodologia para fins gerenciais e outra para fins societários e fiscais. Observe-se, porém, que, ao atribuir custos variáveis e fixos de produção aos produtos, misturando-os de uma maneira que impede aos administradores distinguir entre os dois tipos de custos, essa metodologia dificulta a gestão empresarial. A principal deficiência dessa metodologia é que, ao adotar a sistemática de rateio, ela condiciona a apuração do custeio unitário à prévia determinação da quantidade produzida. A variação da quantidade produzida determina a variação do custo unitário do produto, dificultando a ação do gestor. A metodologia do custeio por absorção não viabiliza o uso da ferramenta da análise custo, volume, lucro, visto que a não segregação entre custos fixos e variáveis impede a identificação da margem de contribuição.

3 – Qualidades e deficiências do custeio variável e sua relação com a análise CVL

A metodologia do custeio variável, muitas vezes chamada de custeio direto ou custeio marginal, surgiu para suprir uma deficiência do custeio por absorção, que é a desvinculação entre os custos unitários de produção e o volume de produção. Essa deficiência impedia a apuração da margem de contribuição e, conseqüentemente, o uso da análise custo, volume, lucro. Um dos pontos fortes do custeio variável, portanto, é a sua sintonia com o enfoque de contribuição e, portanto, a possibilidade de uso amplo da análise CVL. Contudo, por não considerar os custos de produção fixos como verdadeiros custos de produção, mas sim como custos do período, isto é, despesas, essa metodologia rompe com os princípios de contabilidade, limitando sua utilização a fins internos, gerenciais e, portanto, obrigando as empresas que a adotarem a ter um segundo método de custeio que seja aceito para fins societários e fiscais, o que implica mais custos com sistemas contábeis para a empresa.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 5: MÉDICO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Diagnóstico e etiologia

O diagnóstico é de acidente vascular encefálico do tipo isquêmico. A etiologia mais provável é tromboembólica. A idade e a presença de fibrilação atrial predispõe a formação de trombos em átrio esquerdo, com posterior embolia no sistema vascular, mais frequentemente no sistema nervoso central (SNC). Os eventos aterotrombóticos, causados pela aterosclerose, geralmente são menos importantes, ao passo que os tromboembólicos, mais frequentemente, ocasionam trombose no território da artéria cerebral média, como o caso em questão.

Terapêutica indicada nas primeiras doze horas

Trombólise intravenosa com alteplase (Actilyse®). Pacientes com diagnóstico de acidente vascular encefálico do tipo isquêmico (AVCI) elegíveis para o uso intravenoso do ativador do plasminogênio tecidual (t-PA), sem contraindicações a este, devem iniciar o tratamento até quatro horas e trinta minutos desde o início do AVCI. A presença de hipotenuação, que compromete uma grande área de tecido cerebral, associa-se com maior risco de transformação hemorrágica após o uso de trombolítico, principalmente quando o território é maior que um terço da artéria cerebral média. O único sinal precoce usado como critério de exclusão para o tratamento é hipodensidade maior que um terço do território da artéria cerebral média, ausente neste caso e, portanto, permitindo a trombólise. Não é necessário tratar a HAS para não reduzir o fluxo da área de penumbra. É dispensável citar a necessidade de assegurar a estabilização das vias aéreas, respiração e circulação, pois esses parâmetros estão normais na avaliação inicial descrita.

Terapêutica indicada para a prevenção de futuros eventos

A seleção da terapia antitrombótica deve ser considerada. Como a paciente apresenta escore de CHADS2VASc de 4 e taxa anual de risco de AVC de 4%, há indicação de anticoagulante oral. Mesmo pelo CHADS2, já haveria indicação por sua pontuação ser 2, quando também há indicação de anticoagulante oral. Em longo prazo, recomenda-se o uso de estatina, com o objetivo de reduzir a recorrência de acidente vascular encefálico. O uso de atorvastatina em pacientes com AVC isquêmico reduziu a recorrência de AVC, sugerindo que seu uso precoce traz redução do risco vascular. O uso de sinvastatina reduziu eventos vasculares em pacientes com AVC prévio. Além disso, o uso de estatinas após 48 horas do AVC é seguro.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 6: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

a) O problema e os atores sociais diretamente envolvidos nele

O cenário retrata situação complexa provocada pelo problema da ausência constante de professores, envolvendo estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, portanto crianças com pouca idade, e alguns de seus professores.

b) Indicadores do problema e possíveis causas

A ausência dos professores e o descaso da escola comprometem a atividade pedagógica e prejudicam o processo de aprendizagem dos alunos envolvidos no referido caso. Como consequência, as crianças estão ociosas no período em que deveriam estar em sala de aula; e fato mais grave: os alunos estão negligenciados, soltos nas ruas, em condições de vulnerabilidade social no período em que deveriam estar voltados às suas atividades escolares.

c) Solução, atores envolvidos, ações, recursos e tempo necessários

Medidas urgentes precisam ser tomadas. A princípio, a equipe gestora deve reunir imediatamente os professores assíduos para identificar o que está ocorrendo com os faltosos bem como verificar se é possível remanejar algum professor para cobrir a lacuna deixada pelos ausentes. Em seguida, deve realizar uma reunião com os pais e(ou) responsáveis para esclarecer a situação e indicar as providências a serem tomadas, envolvendo-os na busca de soluções. Ao mesmo tempo, pode-se envolver os estagiários no apoio pedagógico aos alunos, sobretudo os que revelam problemas na alfabetização, desenvolvendo atividades lúdicas que contribuam para a superação de suas dificuldades. Tais ações podem facilmente ser executadas em curto prazo.

d) Processo de avaliação, seu responsável, instrumentos utilizados e o momento em que esse processo será realizado

A equipe gestora fará o acompanhamento da frequência docente e encaminhará aos órgãos competentes a solicitação de substituição de professores, sejam temporários ou efetivos. Em reuniões ordinárias ou extraordinárias, manterá a comunidade escolar informada sobre o andamento do pleito. O coordenador pedagógico, por sua vez, supervisionará os estagiários em conjunto com um professor alfabetizador, de modo a acompanhar o processo de ensino e aprendizagem que desenvolverão com os estudantes. A cada semana, atividades diversificadas, como leitura de textos e produção de redação em que sejam criadas histórias a partir de fotografias ou filmes, poderão ser realizadas para que se possa acompanhar o progresso desses estudantes.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 7: ARQUITETO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

A NBR 15575, de 2013, estabelece diversos critérios e parâmetros de desempenho para as edificações habitacionais e seus sistemas componentes. A partir dessa norma, uma série de exigências dos usuários deve ser cumprida, a saber: de segurança (estrutural; contra fogo; e no uso e operação da obra construída), de habitabilidade (quanto à estanqueidade; desempenho térmico, acústico e lumínico; saúde; higiene; qualidade do ar; funcionalidade; acessibilidade; conforto tátil e antropodinâmico) e de sustentabilidade (quanto à durabilidade; manutenção; impacto ambiental). Os requisitos mínimos de desempenho estabelecidos por essa norma devem ser atingidos pelas novas edificações. A norma introduz o conceito de vida útil de cada sistema construtivo, ou seja, o período de tempo em que um edifício e seus sistemas se prestam às atividades para as quais foram projetados. Para tanto, supõe-se o cumprimento correto das especificações durante a construção e a periodicidade da execução dos processos de manutenção.

São exemplos de critérios objetivos de qualidade de desempenho que as edificações devem atingir: os valores máximos diários da temperatura do ar interior de ambientes de permanência prolongada devem ser menores ou iguais ao valor máximo diário da temperatura do ar exterior para o dia típico de verão; deve haver proteção acústica que abafe sons externos dentro de medida predeterminada.

A metodologia de projeto arquitetônico, além de se ajustar à legislação e às normas vigentes, deve incorporar questões fundamentais desde o início do processo, tais como: conformação do relevo, orientação solar, orientação dos ventos, acessos, relações com o entorno. Esses são fatores extremamente básicos, mas recorrentemente postos de lado em função da busca pelo máximo aproveitamento de potenciais construtivos dos terrenos, o que leva à produção de cidades insalubres e com baixa qualidade de vida para seus habitantes.

Existem diversas estratégias e soluções construtivas que vão ao encontro da promoção da qualidade de vida nas cidades como, por exemplo: uso de ventilação cruzada nos ambientes; uso de ventilação noturna ou estrutural; fachadas duplas; uso de aquecimento solar; aproveitamento da inércia térmica nas vedações internas em climas frios; revestimentos refletoras de radiação solar em locais mais quentes; estudo de adequados dimensionamento, posicionamento e proteções solares das aberturas para cada clima e locação da edificação; uso de estratégias de iluminação natural (pátios, átrios, prateleiras de luz, iluminação zenital etc.); uso de sensores de presença e *dimmers* para o controle da iluminação artificial; correta distribuição de luminárias; uso de iluminação de tarefa para locais de trabalho.

É essencial que, desde o início do processo projetual, o profissional incorpore em sua metodologia questões que considerem o uso dos recursos ambientais de modo que sejam minimizados os impactos negativos sobre a natureza. Em conjunto com o cumprimento das normas e legislações, a produção arquitetônica aumentará as possibilidades de produção de cidades com maior qualidade de vida. Entretanto, é importante lembrar que a qualidade urbana é muito mais complexa, uma vez que envolve outros fatores que fogem do escopo da edificação por si só, como mobilidade e transporte, redes de saneamento ambiental, gestão e uso do solo e níveis de desigualdade social e de renda.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 8: ECONOMISTA

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Considerações a respeito das necessidades de financiamento do setor público (NFSP) com ênfase no nível federal e abordagem sobre as formas como são tratadas e registradas as NFSP no orçamento público

O resultado fiscal do governo, também conhecido como NFSP, avalia o desempenho fiscal da administração pública em um determinado período de tempo, geralmente dentro de um exercício financeiro. Esse instrumento apura o montante de recursos que o setor público não financeiro tem de captar junto ao setor financeiro interno e(ou) externo, além de suas receitas fiscais frente a seus dispêndios. No nível federal, as NFSP são apuradas separadamente pelo orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos. O resultado relativo ao orçamento fiscal e ao orçamento da seguridade social recebe o nome de necessidades de financiamento do governo central, ao passo que o resultado do orçamento de investimentos recebe o nome de necessidades de financiamento das empresas estatais.

Comentários acerca dos conceitos de resultado nominal e primário e das duas formas de apuração: o critério abaixo da linha e o acima da linha

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que sejam apurados os seguintes resultados fiscais: resultado primário, que procura medir o comportamento fiscal do governo no período e que representa a diferença entre a arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Estado — excluindo-se as receitas de aplicações financeiras —, e as despesas orçamentárias do governo no período, afora as despesas com amortização e juros da dívida, além das despesas com concessão de empréstimos. Em síntese, a LRF avalia se o governo está ou não atuando dentro de seus limites orçamentários, ou seja, contribuindo para a redução ou elevação do endividamento do setor público.

Resultado nominal — para a apuração do resultado nominal, devem-se acrescentar ao resultado primário, ou dele deduzir, os juros nominais junto ao sistema financeiro, o setor privado não financeiro e o resto do mundo. Desse modo, esse resultado indica, efetivamente, o montante de recursos que o setor público necessitou captar junto ao sistema financeiro, o setor privado e o resto do mundo para a realização de suas despesas orçamentárias. Existem duas formas de apuração dos resultados supracitados. O critério “abaixo da linha”, que leva em consideração apenas os itens de financiamento, apura o desempenho fiscal do governo por intermédio do cálculo de variação do endividamento líquido em determinado período. Por sua vez, o “acima da linha” apura o desempenho fiscal do governo mediante a apuração dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias em determinado período.

Considerações sobre o momento brasileiro, com base nos seguintes questionamentos. Houve redução ou elevação do endividamento público? Quais foram as principais medidas de compensação para se manter o ajuste fiscal?

O cenário atual é de crescimento da dívida pública, tendo ela sido ampliada em R\$ 173 bilhões no ano passado. Essa realidade é fruto da política econômica expansionista, que tem registrado resultados fiscais cada vez mais deficitários. No ano, o déficit nominal soma R\$ 173,4 bilhões, comparativamente ao déficit de R\$ 70,1 bilhões no mesmo período de 2014. Desde o início de 2015, a nova equipe econômica do governo implementou várias medidas de ajuste fiscal para se conterem os gastos e elevarem-se tributos, visando alcançar superávit primário de 1,2% do PIB em 2015. As principais medidas foram as seguintes: redução de benefícios, cortes no orçamento, redução de gastos do programa de aceleração do crescimento (PAC), menos repasses ao BNDES e fim de repasses ao setor elétrico.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 9: ENGENHEIRO – ÁREA 1

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

De acordo com a legislação vigente que trata de licitações e contratos públicos, nos projetos básicos e executivos de obras, devem ser considerados os seguintes requisitos: segurança; funcionalidade e adequação ao interesse público; economia, possibilidade de emprego de meios locais e facilidade de execução, conservação e operação; adoção de normas técnicas, de saúde e de segurança; e impacto ambiental. Sendo assim, a empresa projetista tem a liberdade para definir a concepção estrutural limitada às condições previstas em lei. No caso de uma concepção de projeto com custo de execução elevado, ela deve ser justificada antes de ser adotada.

Apesar de a empresa projetista ter responsabilidade pelo erro apresentado na estrutura, a construtora tem responsabilidade solidária pelo erro de projeto. É obrigação da construtora analisar e levantar possíveis erros de projeto antes de executá-lo, podendo ser obrigada a sanar os vícios apresentados, independentemente da responsabilidade da empresa projetista. Se a construtora tivesse verificado o erro antes da execução, evitaria os transtornos causados pelo erro de projeto.

O fiscal da obra agiu corretamente ao encaminhar para o responsável pelo contrato da empresa projetista o problema levantado na perícia, até mesmo porque a empresa projetista deve ser ouvida antes da aplicação das sanções previstas. Entretanto, como há responsabilidade solidária por erro de projeto, ele poderia ter exigido da própria construtora a solução do problema, uma vez que é obrigação dela verificar possíveis erros de projeto.

No caso do gestor do contrato do projeto, ele deveria inicialmente ter recusado aceitar o projeto com solução de custo mais elevado. Quanto aos problemas na obra oriundos de erro de dimensionamento, ele deve notificar a empresa projetista, cobrar a correção dos erros, o refazimento do projeto e todos os custos oriundos desse erro, além de aplicar as sanções previstas no contrato, mesmo após o fim de sua vigência.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 10: ENGENHEIRO – ÁREA 2

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

A crescente demanda por edifícios cada vez mais sustentáveis tem gerado aumento na procura por melhores soluções de engenharia de ar condicionado. O bom projeto é a base para que o sistema de ar condicionado proporcione simultaneamente conforto térmico, eficiência energética, economia e baixo impacto ambiental. Entretanto, a correta instalação, operação e manutenção também têm importância fundamental para o desempenho dos equipamentos.

Os sistemas de condicionamento de ar são separados em dois grupos: expansão direta e expansão indireta. Entre os sistemas de expansão direta, sob os quais o fluido refrigerante resfria diretamente o ar, podem-se citar os sistemas ar-condicionado de janela (ACJ), *split*, VRF (*variable refrigerant flow*) e *self contained*. Os ACJs e *splits* são geralmente indicados para atender pequenas áreas e têm custos de instalação e manutenção reduzidos. Esses sistemas possuem poucos recursos para automação, mas proporcionam bom controle de temperatura e vazão do ar. Sistemas VRF e *self contained* são mais modernos e utilizam gases com menor impacto ambiental, como o R410a, com controle de rotação do compressor, fazendo que haja menos partidas do compressor e, com isso, tornando o sistema mais eficiente e reduzindo a flutuação de temperatura do ambiente. São recomendados para atender médias e grandes áreas e possuem grande capacidade de automação. Seus custos de instalação e manutenção são mais elevados, se comparados aos *splits*. Já os *chillers*, sistemas em que o fluido refrigerante resfria um fluido intermediário (água ou etilenoglicol) para depois resfriarem o ar ambiente, são recomendados para atender grandes áreas. Têm custo de instalação, manutenção e operação elevados, mas possuem grande versatilidade para expansão e automação, além de facilitarem o reaproveitamento do calor rejeitado nas torres de resfriamento para aquecimento de água, por exemplo.

Entre os artifícios para a diminuição da carga térmica de um edifício podem-se citar a escolha da orientação da fachada, evitando-se que seu maior comprimento esteja voltado para o leste ou oeste, e o aproveitamento de sombreamentos e correntes de ar naturais. A escolha de materiais da envoltória do edifício deve propiciar o melhor conforto térmico e iluminação natural, de forma a se ter menor carga térmica devido à iluminação. O isolamento térmico das partes opacas da envoltória é extremamente vantajoso, pois a transmissão de calor não vem acompanhada pela iluminação nesse caso. Uma fonte de redução de eficiência em sistemas de climatização é o vazamento de ar por frestas, janelas e portas do edifício, as quais devem ser evitadas. O uso de equipamentos com baixa geração de calor, como iluminação a LED, aquecimento solar em vez de caldeiras, equipamentos eletroeletrônicos mais eficientes, automação predial com sensores de presença, de temperatura e concentração são medidas eficientes para a diminuição da carga térmica de um edifício. Também devem ser considerados os sistemas de termoacumulação, que geram gelo em períodos de tarifa mais baixa e resfriam a água nesse gelo em períodos de tarifa mais alta para atender a carga térmica do edifício.

Adicionalmente, os processos de escolha, instalação, manutenção e operação de um sistema de condicionamento de ar devem seguir as normas vigentes, para se garantir melhor eficiência. Cada sistema possui suas particularidades, vantagens e limitações, que devem ser respeitadas. O dimensionamento deve contemplar a possibilidade de expansão do sistema, mas também deve-se precaver contra o superdimensionamento, que irá causar aumento desnecessário no consumo de energia.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 11: ENGENHEIRO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

1 – Aplicação e tipos da ventilação geral

A ventilação geral é aplicada em lugares onde não é possível a captação de contaminantes antes que eles se espalhem pelo ambiente. É um processo de circulação de ar normalmente aplicado em grandes aglomerados humanos, como cinemas, teatros, salas de reunião, cujos odores devem ser eliminados por meio da penetração de ar fresco.

Há três tipos de ventilação geral:

- por insuflação (o ventilador lança o ar no recinto que fica com pressão maior que a pressão do ambiente externo, de modo que o ar viciado é retirado do ambiente por meio de aberturas);
- por exaustão (o ventilador retira o ar do recinto; assim, há uma pressão negativa no recinto em relação ao exterior);
- por ventilação mista (um ventilador insufla o ar no ambiente e outro retira o ar viciado).

2 – Aplicação e partes de um sistema de exaustão

Um sistema de exaustão é aplicado em lugares em que se deseja evitar que partículas contaminantes se espalhem pelo ambiente (Ex. de aplicação: cabines de soldagem, cabines de pintura com pistola-spray). As partículas devem ser captadas nos locais de origem para serem lançadas no exterior (com processos de filtragem).

As partes principais do sistema de exaustão são:

- captor (local de coleta dos contaminantes. Exemplo: coifa);
- dutos de ar (caminhos pelos quais o ar é transportado);
- ventilador (centrífugo ou axial, proporciona a sucção dos contaminantes);
- chaminé (tem como função lançar na atmosfera os poluentes captados no ambiente conduzidos por meio da pressão nos dutos, formada pelo ventilador).

3 – Tipos e características de ventiladores relativamente ao acoplamento com o motor elétrico

O motor e o ventilador podem ser ligados diretamente (no mesmo eixo) ou por meio de correias.

Tipos de ventiladores:

- ventilador centrífugo (empregado em instalações de grande porte);
- ventilador axial ou tipo hélice (usado em pequenas instalações de ar condicionado ou de exaustão mecânica).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 12: ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

1. **Principal distinção entre governança e gestão, de acordo com o modelo do COBIT 5**

O modelo do COBIT 5 faz uma clara distinção entre governança e gestão, áreas que abrangem diversos tipos de atividades, requerem diferentes estruturas organizacionais e atendem a propósitos diferentes. De acordo com o COBIT 5, a distinção fundamental entre governança e gestão é a seguinte: a primeira garante que as necessidades, condições e opções das partes interessadas sejam avaliadas a fim de se determinarem objetivos corporativos acordados e equilibrados; define a direção por meio de prioridades e tomadas de decisão; e monitora o desempenho e a conformidade com a direção e os objetivos estabelecidos. Por sua vez, a gestão é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, pela execução e pelo monitoramento das atividades em consonância com a direção definida pelo órgão de governança, a fim de se atingirem os objetivos corporativos.

COBIT 5. Modelo corporativo para governança e gestão de TI da Organização. ISACA, 2012 (com adaptações).

2. **Cinco processos do domínio governança relacionados à tecnologia de informação**

2.1 **Garantir a definição e manutenção do modelo de governança**

Analisar e articular os requisitos para a governança de TI de uma organização, disponibilizar e manter as estruturas eficazes, os princípios, processos e as práticas, com clareza de responsabilidades e autoridade, para realizar a missão, as metas e os objetivos da empresa.

2.2 **Garantir a realização de benefícios**

Otimizar a contribuição de valor para o negócio a partir dos processos de negócios, serviços e ativos resultantes de investimentos realizados pela TI a custos aceitáveis.

2.3 **Garantir a otimização de riscos**

Garantir que a disposição e tolerância aos riscos da organização sejam compreendidas, articuladas e comunicadas, e que o risco para o valor da organização relacionado com o uso da TI seja identificado e gerenciado.

2.4 **Garantir a otimização dos recursos**

Garantir capacidades adequadas e suficientes relacionadas a TI (pessoas, processos e tecnologias), disponíveis para apoiar os objetivos corporativos de forma eficaz a um custo ideal.

2.5 **Garantir transparência para as partes interessadas**

Garantir que o desempenho, a medição de conformidade e os relatórios da TI corporativa sejam transparentes, no intuito de que as partes interessadas aprovelem as metas, métricas e as medidas corretivas necessárias.

COBIT 5. Enabling Processes: COBIT 5 an ISACA Framework. ISACA, 2012, p. 31,35,39,43 e 46. (Não é obrigatório seguir a mesma numeração do modelo de referência: EDM01..EDM05.)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 13: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Para a fundamentação de sua resposta, considere o disposto a seguir, constante do **Manual Técnico de Orçamento**:

3. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS – Os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para todos os poderes e para todos os entes federativos — União, estados, Distrito Federal e municípios —, são estabelecidos e disciplinados, tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais, quanto pela doutrina. Nesse sentido, integram este **Manual Técnico de Orçamento** princípios orçamentários cuja existência e aplicação decorrem de normas jurídicas.

3.2.1. UNIDADE OU TOTALIDADE – De acordo com este princípio, o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento. Este princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964, e visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo: LOA

3.2.2. UNIVERSALIDADE – Segundo este princípio, a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Este princípio é mencionado no *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5.º do art. 165 da CF. [Sumário]

3.2.3. ANUALIDADE OU PERIODICIDADE – Conforme este princípio, o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA. Este princípio é mencionado no 3 – Cada ente da Federação elaborará a sua própria LOA. *caput* do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964. Segundo o art. 34 dessa lei, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro).

3.2.4. EXCLUSIVIDADE – O princípio da exclusividade, previsto no § 8.º do art. 165 da CF, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), nos termos da lei.

3.2.5. ORÇAMENTO BRUTO – O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6.º da Lei n.º 4.320, de 1964, preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

3.2.6. NÃO VINCULAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS – Estabelecido pelo inciso IV do art. 167 da CF, este princípio veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria CF: art. 167. São vedados: [...] IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2.º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem como o disposto no § 4.º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 42, de 19/12/2003); [...] § 4.º. É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 3, de 1993).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 14: ARQUITETO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

A resposta desse aspecto depende do exemplo (localidade) escolhido pelo candidato. Podem ser citados problemas de asfaltamento, saneamento básico, falta de equipamentos públicos, segurança pública, entre outros.

O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) dispõe de vários instrumentos que podem ser aplicados para a racionalização do local, a saber:

- regularização fundiária, por meio do parcelamento do solo, entre outras ações, bem como a participação comunitária (referendo popular e plebiscito);
- incorporação do local ao plano diretor;
- gestão orçamentária participativa, pela qual os moradores, por meio de audiências públicas, ou por conselhos, podem opinar sobre a aplicação dos recursos públicos nas áreas que mais carecem de serviços básicos, como saneamento básico, por exemplo;
- cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana/progressivo (IPTU), para lotes subutilizados, nos termos da legislação em vigor;
- incentivos e benefícios fiscais e financeiros, como a redução do valor de parte da conta de luz para os usuários mais econômicos;
- tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano, em caso de descoberta de sítio arqueológico, por exemplo;
- concessão de direito real de uso, para imóveis que tenham obrigatoriamente que ocupar 100% do pavimento edificado;
- outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, desde que prevista em lei;
- assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, por parte dos técnicos das prefeituras, elaborando-se projetos, por exemplo.

A Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas. As possíveis soluções que conciliem métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica seriam, por exemplo, a preservação de mananciais, incentivo à manutenção de áreas verdes dentro dos lotes, além da proteção de lençóis freáticos de eventuais contaminações pelo sistema de fossas sépticas.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 15: ARQUIVISTA

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Importância das contribuições da gestão de documentos para as funções arquivísticas

A organização dos documentos arquivísticos, possibilitada pela gestão documental, contribui para as funções arquivísticas, na medida em que a produção de documentos é controlada por meio do estabelecimento de normas e padronização de formulários. Essa fase da gestão de documentos, assim como a função arquivística criação ou produção, se ocupa da gênese documental.

A organização dos documentos nas idades correntes e intermediária por meio da classificação arquivística também contribui para as funções arquivísticas, mais especificamente a função classificação.

A última fase da gestão de documentos, a destinação, garante que apenas documentos de valor secundário cheguem à terceira idade documental, contribuindo, principalmente, para as funções descrição e difusão.

O candidato deve mencionar três das sete funções indicadas abaixo, a seu critério.

Para cada uma das funções citadas, o candidato deve apresentar conceito e aplicabilidade.

As sete funções arquivísticas são as seguintes.

- **Criação ou produção**, que se refere ao controle da gênese documental, abrangendo a criação de normas, gestão de formulários, padronização de modelos de documentos e elaboração de manuais de produções de documentos.
- **Avaliação**, que é a responsável pela definição dos prazos de guarda e destinação final dos documentos de uma organização. Para isso, é necessário que uma comissão permanente de avaliação emita parecer a respeito da eliminação de documentos e elabore a tabela de temporalidade.
- **Aquisição**, que contempla a entrada de documentos nas três idades documentais: corrente, intermediária e permanente. Dessa forma, tanto o arquivamento corrente quanto a transferência e o recolhimento se incluem na função aquisição. A idade em que a aquisição é mais evidente é a do arquivo permanente.
- A **conservação ou preservação**, que está relacionada com a manutenção da integridade física dos documentos, para garantir seu acesso. Nessa função, o arquivista deve atentar para as diferentes maneiras de armazenamento e acondicionamento dos documentos arquivísticos em seus diferentes suportes.
- A **classificação**, que é a função arquivística relacionada à criação de planos de classificação que reflitam as atividades e funções do órgão produtor do acervo arquivístico. Sua utilização, que acontece nas fases corrente e intermediária, facilita o acesso à documentação arquivística da instituição.
- A **descrição**, que ocorre exclusivamente na terceira idade documental e tem o objetivo de facilitar o acesso à informação do acervo por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa, que são o resultado da atividade descritiva e apresentam, em diferentes graus, as possibilidades de pesquisa do arquivo permanente.
- A **difusão ou acesso**, que torna acessíveis os documentos de um acervo, promovendo a utilização dos documentos por meio dos instrumentos de pesquisa elaborados na descrição e disponibilizando diferentes formas de atendimento ao público, entre elas, a realização de exposições e visitas guiadas.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 16: ASSISTENTE SOCIAL

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

A revolução industrial trouxe uma séria consequência para a sociedade do mundo contemporâneo: a degradação das condições de vida de milhares de camponeses e artesãos que, impossibilitados de prover o seu sustento, precisavam vender o único bem que possuíam, sua força de trabalho. Eles formavam o incipiente proletariado, que provocou a emergência de movimentos contestatórios nas primeiras décadas do século XIX, materializados na revolução de 1848, quando os trabalhadores, dotados de consciência de sua própria condição, organizaram-se como sujeito coletivo, passando a exigir reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos e, no limite, a extinção do capitalismo.

Com a organização do proletariado como sujeito coletivo, as classes dominantes adotaram medidas de enfrentamento da questão social, por meio da legislação e das reformas sociais. Por força das lutas sociais, algumas das necessidades dos trabalhadores e de suas famílias passaram a ser socialmente reconhecidas pelo Estado, o que deu origem ao que atualmente se denominou de políticas de proteção social, ancoradas em direitos e garantias sociais. A ampliação das respostas públicas às necessidades sociais da classe trabalhadora originou o chamado estado de bem-estar, que se expandiu a partir da segunda guerra mundial. Os sistemas de proteção social, apesar de construídos como consequência da pressão dos trabalhadores, foram funcionais ao capitalismo. A consolidação de direitos sociais e trabalhistas e a oferta de serviços sociais públicos, ao mesmo tempo em que foram responsáveis pelo reconhecimento da necessidade de proteção social dos trabalhadores, também possibilitaram o surgimento das ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia, lastro político da socialdemocracia, que perdurou durante três décadas.

Se por um lado, os países centrais viviam o pleno emprego e a expansão da seguridade, garantindo a reprodução da virtuosidade do crescimento econômico com desenvolvimento social, na periferia mundial assistia-se à defesa da modernização e do desenvolvimentismo como meio de integração menos oneroso desses países à ordem econômica mundial. No caso brasileiro, somente em 1988 é que foram instituídas as bases formais e legais do que poderia ser um estado de bem-estar social. Contudo, as condições sob as quais se deu a integração do país à ordem econômica mundial resultaram, nos anos iniciais da década de 1990, na subordinação ao pensamento e à prática neoliberais, marcados pela retração das políticas de proteção social, profunda regressão no exercício dos direitos e na universalização da seguridade social brasileira.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 17: CONTADOR

Prova Discursiva

Aplicação: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

1 – Características e modos de operar das duas metodologias em discussão

A empresa discute a adoção de uma nova metodologia de custeio, o custeio variável. É limitado à ação gerencial o campo de ação dessa metodologia, visto não estar ela alinhada aos princípios de contabilidade. No custeio variável, apenas os custos variáveis de produção são incorporados aos produtos, sendo todos os custos fixos de produção lançados imediatamente ao resultado, independentemente da venda dos produtos. Atualmente a empresa adota apenas o custeio por absorção, que é uma metodologia que se orienta pelos princípios de contabilidade, particularmente o princípio da competência. Nessa metodologia, os custos fixos e os custos variáveis de produção são incorporados aos produtos, adotando-se para os custos fixos a metodologia de rateio.

2 – Qualidades e deficiências do custeio por absorção e sua relação com a análise custo, volume, lucro (CVL)

A metodologia do custeio por absorção, algumas vezes identificada como uma metodologia de custeio total, é amplamente utilizada no mercado, por ser aceita para fins societários e fiscais, evitando-se, assim, que a empresa tenha de adotar uma metodologia para fins gerenciais e outra para fins societários e fiscais. Observe-se, porém, que, ao atribuir custos variáveis e fixos de produção aos produtos, misturando-os de uma maneira que impede aos administradores distinguir entre os dois tipos de custos, essa metodologia dificulta a gestão empresarial. A principal deficiência dessa metodologia é que, ao adotar a sistemática de rateio, ela condiciona a apuração do custeio unitário à prévia determinação da quantidade produzida. A variação da quantidade produzida determina a variação do custo unitário do produto, dificultando a ação do gestor. A metodologia do custeio por absorção não viabiliza o uso da ferramenta da análise custo, volume, lucro, visto que a não segregação entre custos fixos e variáveis impede a identificação da margem de contribuição.

3 – Qualidades e deficiências do custeio variável e sua relação com a análise CVL

A metodologia do custeio variável, muitas vezes chamada de custeio direto ou custeio marginal, surgiu para suprir uma deficiência do custeio por absorção, que é a desvinculação entre os custos unitários de produção e o volume de produção. Essa deficiência impedia a apuração da margem de contribuição e, conseqüentemente, o uso da análise custo, volume, lucro. Um dos pontos fortes do custeio variável, portanto, é a sua sintonia com o enfoque de contribuição e, portanto, a possibilidade de uso amplo da análise CVL. Contudo, por não considerar os custos de produção fixos como verdadeiros custos de produção, mas sim como custos do período, isto é, despesas, essa metodologia rompe com os princípios de contabilidade, limitando sua utilização a fins internos, gerenciais e, portanto, obrigando as empresas que a adotarem a ter um segundo método de custeio que seja aceito para fins societários e fiscais, o que implica mais custos com sistemas contábeis para a empresa.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 18: ECONOMISTA

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Considerações a respeito das necessidades de financiamento do setor público (NFSP) com ênfase no nível federal e abordagem sobre as formas como são tratadas e registradas as NFSP no orçamento público

O resultado fiscal do governo, também conhecido como NFSP, avalia o desempenho fiscal da administração pública em um determinado período de tempo, geralmente dentro de um exercício financeiro. Esse instrumento apura o montante de recursos que o setor público não financeiro tem de captar junto ao setor financeiro interno e(ou) externo, além de suas receitas fiscais frente a seus dispêndios. No nível federal, as NFSP são apuradas separadamente pelo orçamento fiscal, orçamento da seguridade social e orçamento de investimentos. O resultado relativo ao orçamento fiscal e ao orçamento da seguridade social recebe o nome de necessidades de financiamento do governo central, ao passo que o resultado do orçamento de investimentos recebe o nome de necessidades de financiamento das empresas estatais.

Comentários acerca dos conceitos de resultado nominal e primário e das duas formas de apuração: o critério abaixo da linha e o acima da linha

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que sejam apurados os seguintes resultados fiscais: resultado primário, que procura medir o comportamento fiscal do governo no período e que representa a diferença entre a arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Estado — excluindo-se as receitas de aplicações financeiras —, e as despesas orçamentárias do governo no período, afora as despesas com amortização e juros da dívida, além das despesas com concessão de empréstimos. Em síntese, a LRF avalia se o governo está ou não atuando dentro de seus limites orçamentários, ou seja, contribuindo para a redução ou elevação do endividamento do setor público.

Resultado nominal — para a apuração do resultado nominal, devem-se acrescentar ao resultado primário, ou dele deduzir, os juros nominais junto ao sistema financeiro, o setor privado não financeiro e o resto do mundo. Desse modo, esse resultado indica, efetivamente, o montante de recursos que o setor público necessitou captar junto ao sistema financeiro, o setor privado e o resto do mundo para a realização de suas despesas orçamentárias. Existem duas formas de apuração dos resultados supracitados. O critério “abaixo da linha”, que leva em consideração apenas os itens de financiamento, apura o desempenho fiscal do governo por intermédio do cálculo de variação do endividamento líquido em determinado período. Por sua vez, o “acima da linha” apura o desempenho fiscal do governo mediante a apuração dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias em determinado período.

Considerações sobre o momento brasileiro, com base nos seguintes questionamentos. Houve redução ou elevação do endividamento público? Quais foram as principais medidas de compensação para se manter o ajuste fiscal?

O cenário atual é de crescimento da dívida pública, tendo ela sido ampliada em R\$ 173 bilhões no ano passado. Essa realidade é fruto da política econômica expansionista, que tem registrado resultados fiscais cada vez mais deficitários. No ano, o déficit nominal soma R\$ 173,4 bilhões, comparativamente ao déficit de R\$ 70,1 bilhões no mesmo período de 2014. Desde o início de 2015, a nova equipe econômica do governo implementou várias medidas de ajuste fiscal para se conterem os gastos e elevarem-se tributos, visando alcançar superávit primário de 1,2% do PIB em 2015. As principais medidas foram as seguintes: redução de benefícios, cortes no orçamento, redução de gastos do programa de aceleração do crescimento (PAC), menos repasses ao BNDES e fim de repasses ao setor elétrico.

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)**

CARGO 19: ENGENHEIRO – ÁREA 4

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

O candidato deve destacar, no tocante à primeira determinação, que a necessidade de alteração contratual é decorrente da diminuição quantitativa de seu objeto, portanto, trata-se de uma alteração unilateral pela Administração.

Para a segunda determinação, o candidato deve abordar que há necessidade de um aditivo contratual de supressão. Devendo mencionar que, para o caso em questão, a contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial do contrato. Somente as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder esses limites.

Quanto à terceira determinação, o candidato deve mencionar que, conforme previsto em lei, como a empresa contratada já havia adquirido as pias e torneiras, estas deverão ser pagas pela administração, pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 20: GEÓGRAFO

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

O bioma amazônia ocorre na região Norte, apresenta predomínio de floresta tropical úmida e manchas de formações vegetacionais do bioma cerrado, vistas em alguns estados, como é o caso do Amapá. As coberturas antrópicas são representadas principalmente pelas pastagens cultivadas, notadamente no sul do bioma (Rondônia, Mato Grosso e Pará).

O bioma cerrado ocorre na região Centro-Oeste e é composto por formações campestres, savânicas e florestais, com acentuada influência da sazonalidade climática. A cobertura antrópica é representada pela pecuária extensiva (principalmente MS, MT, GO e TO) e agricultura de sequeiro (produção de grãos em frentes de expansão agrícola como oeste da BA, sul do MA e PI e MT – MATOPIBA).

O bioma mata atlântica ocorre na região litorânea e é composta por florestas ombrófilas densas e mistas (mata de araucária) e florestas estacionais (manchas isoladas no nordeste do país). Nele, aparecem, ainda, campos de altitudes, manguezais e restingas. Possui alta diversidade de espécies de flora. É o bioma mais desmatado do Brasil (predomínio de fragmentos relativamente pequenos de áreas desmatadas e ocupadas para produção agrícola e animal).

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)****CARGO 21: GEÓLOGO****PROVA DISCURSIVA****APLICAÇÃO: 30/8/2015****PADRÃO DE RESPOSTA**

A USLE é composta das seguintes variáveis: R — erosividade da chuva, K — erodibilidade do solo, L — comprimento de rampa ou vertente, S — declividade, C — uso e manejo do solo e finalmente, P — práticas conservacionistas. Os fatores naturais que descrevem o potencial natural à erosão laminar são a erosividade, erodibilidade, comprimento de rampa e declividade. Os fatores considerados antrópicos na equação e que determinam a ação do homem, são: manejo do solo e práticas conservacionistas, sendo as duas variáveis de caráter adimensional.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Tipos de departamentalização

- a) Departamentalização funcional.
- b) Departamentalização territorial ou por área geográfica.
- c) Departamentalização por produto.
- d) Departamentalização por cliente.
- e) Departamentalização por projetos.
- f) Departamentalização por processos.

Definição dos tipos de departamentalização

- a) Departamentalização funcional consiste em atribuir a cada unidade organizacional a responsabilidade por uma função a ser desenvolvida na organização, como, por exemplo, recursos humanos, finanças, *marketing*, operações, podendo haver agrupamento de funções em uma unidade, de acordo com o porte da organização.
- b) Departamentalização territorial ou por área geográfica consiste em atribuir a cada unidade organizacional a responsabilidade por uma localidade.
- c) Departamentalização por produto consiste em atribuir a cada unidade organizacional a autoridade e a responsabilidade sobre um grupo ou a totalidade de operações relativas a um produto ou serviço.
- d) Departamentalização por cliente consiste em atribuir a cada unidade organizacional a gestão das necessidades de cada tipo de cliente, conforme os critérios definidos pela organização.
- e) Departamentalização por projetos consiste em atribuir a uma ou mais unidades organizacionais a gestão dos projetos desenvolvidos na organização.
- f) Departamentalização por processos consiste em administrar todo o trabalho desenvolvido na organização como um fluxo contínuo ou elos de uma corrente, não como unidades independentes.

Situação típica em que se deve empregar cada um dos tipos de departamentalização

- a) A departamentalização funcional é adequada a situações em que a organização esteja em início de funcionamento, ou seja de pequeno porte ou forneça apenas um produto ou serviço.
- b) A departamentalização territorial é adequada a situações em que a organização atue em cada área territorial ou no local onde se encontra a organização.
- c) A departamentalização por produto é adequada a situações em que a organização trabalhe com diferentes tipos de produtos e serviços e, por isso, tenha de especializar o processo de produção ou de fornecimento de serviços.
- d) A departamentalização por cliente é adequada a situações em que a organização atenda a diferentes tipos de clientes ou a clientes semelhantes, mas com necessidades distintas.
- e) A departamentalização por projetos é adequada a situações em que a organização tenha de gerenciar o desenvolvimento de atividades temporárias (ou finitas), direcionadas ao desenvolvimento de um produto ou serviço exclusivo, para atender a uma demanda (projetos).

- f) A departamentalização por processos é adequada a situações em que o objetivo das organizações seja fazer que todos os seus setores trabalhem de forma coordenada e harmônica, como um fluxo contínuo, principalmente no que se refere a atividades relacionadas ao atendimento ao cliente. Nesse contexto, o foco é coordenar toda a cadeia produtiva.

Antonio César Amaru Maximiano. **Introdução à administração**. Edição compacta. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 2011 (com adaptações).

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)****CARGO 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR****PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2****APLICAÇÃO: 30/8/2015****PADRÃO DE RESPOSTA**

O acrônimo BRICS se refere à união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa), países que, em 2040, deverão ter o mesmo peso econômico dos países desenvolvidos. Em 2009, ocorreu a primeira reunião de cúpula do BRICS e, desde então, o grupo coordena suas participações em reuniões e em organismos internacionais, bem como na construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.

Na 7.^a cúpula, os líderes do BRICS trataram do funcionamento do Novo Banco de Desenvolvimento bem como do Arranjo Contingente de Reservas, comprovando o fortalecimento do BRICS que se constrói no plano financeiro como alternativa a organismos financeiros multilaterais tradicionais. Em comunicado conjunto, esses líderes afirmaram ser necessária uma reforma abrangente da ONU. A China e a Rússia declararam apoio à pretensão do Brasil, da Índia e da África do Sul de desempenhar um papel maior na ONU, mas não citaram o Conselho de Segurança, do qual o Brasil pleiteia ser membro permanente.

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)**

CARGO 23: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

De acordo com o conceito de zona de desenvolvimento iminente, de Vigotsky, deve-se buscar o que a criança já sabe e, a partir desse conhecimento, deve-se levá-la a atingir um nível cognitivo superior, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento. De forma prática, deve-se descobrir como se deu a alfabetização da estudante e o que ela sabe fazer com os conhecimentos que possui nas áreas de escrita e leitura.

Reforçar essas capacidades é uma recomendação de Skinner, ao mesmo tempo em que o professor deve eliminar o comportamento de birra e negação por meio da oferta de contingências negativas e positivas, ou seja, sempre que a estudante realizar uma tarefa, receberá um elogio, um abraço ou algo que marque positivamente essa ação. Sempre que apresentar a birra ou se negar a executar uma tarefa proposta, perderá algo, como, por exemplo, participar de uma brincadeira de que goste.

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP)
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)**

CARGO 23: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

O acrônimo BRICS se refere à união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa), países que, em 2040, deverão ter o mesmo peso econômico dos países desenvolvidos. Em 2009, ocorreu a primeira reunião de cúpula do BRICS e, desde então, o grupo coordena suas participações em reuniões e em organismos internacionais, bem como na construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.

Na 7.^a cúpula, os líderes do BRICS trataram do funcionamento do Novo Banco de Desenvolvimento bem como do Arranjo Contingente de Reservas, comprovando o fortalecimento do BRICS que se constrói no plano financeiro como alternativa a organismos financeiros multilaterais tradicionais. Em comunicado conjunto, esses líderes afirmaram ser necessária uma reforma abrangente da ONU. A China e a Rússia declararam apoio à pretensão do Brasil, da Índia e da África do Sul de desempenhar um papel maior na ONU, mas não citaram o Conselho de Segurança, do qual o Brasil pleiteia ser membro permanente.